

POR UMA UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - O  
MOVIMENTO FURB-FEDERAL

FOR A REGIONAL DEVELOPMENT UNIVERSITY – THE FURB-FEDERAL  
MOVEMENT

Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira

[jorgegbo@furb.br](mailto:jorgegbo@furb.br)

Valmor Schiochet

[valmor@furb.br](mailto:valmor@furb.br)

**RESUMO:** Este artigo descreve o movimento pela transformação da Universidade Regional de Blumenau (FURB) em uma instituição pública e gratuita. Apresenta a trajetória e as ações do Comitê Pró-Federalização da FURB na coordenação de um movimento pela inserção da Região do Vale do Itajaí na política nacional de expansão da educação superior federal implementada pelo atual governo federal. Contextualiza o significado desta luta à luz da histórica afirmação das soluções autônomas em face da ausência do Estado, característica do desenvolvimento da região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade, Desenvolvimento, Educação Pública, Movimentos Sociais.

**ABSTRACT:** This article describes the movement for the transformation of Universidade Regional de Blumenau – FURB (Regional University of Blumenau, SC, Brazil) – into a public and free institution. It shows the course and actions carried out by Committee Pro-federalisation of FURB as co-ordinator of a social movement aimed at achieving the insertion of Itajaí’s Valley region in the national policy towards the expansion of federal High Education, which is implemented by the current federal government. It puts into context the significance of such struggle in the light of the historic affirmation of autonomous solutions regarding the state absence, a characteristic of such regional development.

**KEY-WORDS:** University, Public Education, Development, Social Movement.

**1. A colonização do Médio Vale do Itajaí/SC - emergência de soluções autônomas na ausência do Estado.**

A partir de 1850, a ocupação do Médio e Alto Vale do Rio Itajaí em Santa Catarina por uma maioria de imigrantes alemães e italianos, em detrimento das populações indígenas pré-existentes, obedeceu a uma política de colonização concebida pelo Império brasileiro. Aproximadamente um século antes, no âmbito de um vasto projeto de colonização das terras meridionais - hoje pertencentes ao Brasil, mas então disputadas com a Espanha -, Portugal já promovera a vinda de açorianos para garantir sua soberania sobre o litoral, a foz dos rios e as áreas adjacentes.

No entanto, a concepção e implantação do projeto de colonização das terras do sul do Brasil pelo Estado português, assim como por seu sucedâneo brasileiro, não significou que a organização das sociedades transplantadas e as instituições que lhes correspondiam tenham sempre sido definidas conforme as diretrizes emanadas por seus respectivos poderes centrais.

Os colonizadores, frente ao relativo isolamento a que estavam submetidos em relação ao restante do país, da sociedade brasileira e de suas nações de origem, viram-se obrigados, na sua interação com o ambiente e com as populações autóctones, a desenvolver soluções próprias para as inúmeras dificuldades que tiveram de enfrentar.

Neste contexto as suas culturas – no sentido dos valores, dos hábitos, das crenças, dos objetivos e das tecnologias de que eram portadores – foram os fundamentos a partir dos quais estes colonizadores construíram os meios capazes de lhes permitir enfrentar as mais diversas situações. E, em face da escassa interação com a sociedade de acolhimento, a manutenção da sua cultura de origem, assim como a inovação que ela permitia gerar em resposta à necessidade e paulatina adaptação ao novo contexto de inserção, atuou na preservação de suas identidades.

Dessa forma, no Vale do Itajaí e nomeadamente em Blumenau e região, os imigrantes e seus descendentes erigiram as instituições de que sentiam necessidade, reproduziram o que sabiam e aprenderam o que desconheciam em um processo relativamente autônomo. Assim ocorreu com aspectos relacionados à

educação da população, por meio da criação da Deutsche Schule (Escola Alemã), e com a Comunicação Social, efetivada com o apoio de três jornais em língua alemã: *Der Urwaldsbote* (O Mensageiro da Floresta), *Blumenauer Zeitung* (Jornal Blumenauense) e *Der Immigrant* (O Imigrante).

E, diante de outras necessidades e perante a incapacidade do Estado brasileiro para prover o atendimento de suas demandas - fosse por via da unidade da federação ou da União nacional - os colonizadores recorreram à sociedade e ao capital externo, preferencialmente alemão. Neste sentido é ilustrativo o caso dos transportes fluvial e ferroviário, sendo este último construído por duas empresas alemãs graças a uma sociedade com ações composta por um consórcio de bancos. Foi assim que, em 1909, foram inaugurados os três primeiros trechos da Estrada de Ferro de Santa Catarina (EFSC), que ligou Blumenau ao seu interior: Hansa (atual Ibirama), passando por Indaial-Warnow (RICHTER, 1992: 58-70).

Estes arranjos, porém, sofreram solução de continuidade quando a União encampou a ferrovia e o Estado federado, por sua vez, no âmbito da campanha de nacionalização (1938-1945), fez o mesmo em relação à Escola alemã. Em ambos os casos não houve indenização.

Tais fatos, observados à luz dos processos políticos históricos do país e da então chamada região colonial catarinense, permitem compreender porque esta última, em diferentes épocas, apresentou grande potencial oposicionista perante os poderes de turno. Cabe analisar, por exemplo, o ocorrido em 1º de março de 1930 quando, mesmo com apoio das elites governantes estaduais originárias da região colonial, o candidato situacionista da chamada Velha República, Júlio Prestes, perdeu em Joinville para o oposicionista Getulio Vargas e, em Blumenau, obteve apertada vitória de 52,8%.

Em seguida, e como decorrência da Revolução de outubro do mesmo ano, o governador-interventor Aristiliano Ramos, membro de família tradicional do Planalto Catarinense (região de latifúndio agropecuário), lançou forte campanha contra os interesses das cidades industrializadas de origem alemã, estabelecendo altos impostos sobre este capital e exames de proficiência em língua portuguesa aos professores das escolas privadas (nas quais, até então, se lecionava no idioma alemão).

Estes processos, acompanhados da implantação de escolas públicas e

gratuitas, nas quais se utilizava exclusivamente a língua portuguesa, suscitaram dificuldades econômicas às escolas privadas e o desmembramento dos referidos municípios. Foi assim que, entre abril de 1931 e fevereiro de 1934, apesar de intensa mobilização em contrário, desmembraram-se de Blumenau cinco municípios e seu território foi reduzido de 10.375 Km<sup>2</sup> a 1.650 Km<sup>2</sup>.

Desacreditadas as velhas elites governantes do Partido Republicano Catarinense/PRC e sentindo-se traídos pelos políticos do Partido Liberal Catarinense/PLC (aliados de Getúlio Vargas), os eleitores blumenauenses orientaram seus votos na direção de nova força política, a Aliança Integralista Brasileira/AIB. Nas eleições municipais de 03 de março de 1936, esta elegeu o prefeito e a maioria qualificada (11 de 15 assentos) na Câmara de Vereadores (FROTSCHER, 2007: 44-62).

René Gerz (1987: 172-202), ao explicar a ascensão do Integralismo (o fascismo brasileiro) na região colonial catarinense, para além do já exposto, aponta: 1 - o dinamismo da sua economia: a única industrializada no estado, enquanto as demais eram baseadas na agropecuária; 2 - a diversidade social decorrente do ingresso, no sistema político, de estamentos médios - compostos por funcionários públicos, profissionais liberais e operários qualificados - descontentes com a ordem estabelecida; 3 - o enfraquecimento ou afastamento das lideranças tradicionais.

Por sua vez, um partido estrangeiro, o NSDAP - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães), ou simplesmente Partido Nazista, atuava organizadamente no país e na região, com o apoio de uma das superpotências da época, a Alemanha dirigida por Adolf Hitler.

É neste complexo quadro político regional (ver FROTSCHER, 2007), nacional e internacional (ver SEITENFUS, 1985) que foi desencadeada a repressão protagonizada pela campanha da nacionalização a partir de 1938, com fortes conseqüências sobre os rumos da educação e as identidades das populações do Vale do Itajaí: proibição de se falar o alemão e o italiano, fechamento de escolas, proibição de jornais em outros idiomas que não o português, prisões, denúncias, deportações para os campos de concentração em Florianópolis e Joinville de pessoas suspeitas, desapropriações etc.

E foi nesse contexto que, até então desprovida de unidade militar, no dia 11 de abril de 1939 a cidade de Blumenau viu chegar e se instalar o 32º Batalhão de

Caçadores - atual 23º Batalhão de Infantaria (*Jornal de Santa Catarina*, 30/04/2009: 39).

Sabemos que o intervencionismo do Estado Novo, dirigido por Vargas, não se aplicou exclusivamente à região do Vale do Itajaí, tampouco a Santa Catarina ou aos Estados do Sul. Mas é fato que nesta região, pelas razões expostas, seu alcance foi dos mais abrangentes, com repercussões que podem ser sentidas ainda hoje.

A integração das populações de imigrantes, especialmente aquelas de grandes contingentes e instaladas longe dos grandes centros urbanos (como se constituiu o caso dos imigrantes alemães e italianos no Sul do Brasil), recebeu uma abordagem intervencionista repressiva, acompanhada de medidas educacionais apoiadas na tardia expansão do ensino público – ainda que restrito aos níveis Fundamental e Médio.

O Estado, excetuando-se a instância municipal, quando se debruçou sobre a questão desarticulou as instituições locais, substituindo-as ou transformando-as a serviço do poder central - quer no domínio econômico, quer na esfera cultural. Por outro lado, apostou na marcha do tempo para que as cicatrizes do processo fossem fechadas.

Este conjunto de fatos criou na população local um sentimento, que só fez persistir, de que esta deveria procurar construir sua realidade com o máximo de autonomia, pouco acreditando nos benefícios da ação do poder público e sempre desconfiando das autoridades políticas - especialmente das mais distantes e poderosas. Mas, embora a população não tenha renunciado por completo à busca de soluções com o concurso dos poderes estaduais e federais, ocorreu que nem sempre estes estiveram disponíveis para contribuir na solução dos problemas e demandas da população regional.

A construção da Universidade Regional de Blumenau, a primeira do interior catarinense, espelha esta realidade. Desde 1953 a população reivindicava, em todas as instâncias, a implantação de uma instituição de Educação Superior no município. Uma década se passou até que em 1964, via Lei Municipal, a comunidade regional instituiu a sua universidade pública, por esforço próprio, fundada em bases comunitárias.

Desde então, sucessivas reivindicações no sentido de se consolidar o seu caráter público e gratuito têm esbarrado na ausência de políticas públicas capazes

de absorver a reivindicação que emana da comunidade regional. Mas a população, em consonância com seu longo aprendizado e experiência, reconhece que para a resolução dos seus problemas mais agudos não é possível, e muito menos eficaz, mesmo que trabalhe arduamente para resolvê-los, encerrar-se sobre si mesma.

É com essa visão que movimentos sociais reivindicatórios têm se expandido e fortalecido, fazendo chegar seus anseios aos centros de poder e cobrando o debate para a solução conjunta daquilo que é necessário resolver.

O movimento social de que participa o Comitê Pró-Federalização da FURB não faz outra coisa que, no bojo desta sabedoria popular, tentar contribuir para potencializá-la em termos reivindicativos. A cidadania, à medida que fortalece sua consciência, reconhece os deveres implícitos à participação na sociedade, mas também sabe que lhe correspondem direitos. Dentre eles, o de educar-se. Como contribuir para o bem-estar de todos é o seu objetivo, tem na educação pública o principal meio para avançar nesta direção.

## **2. A Trajetória da FURB e a interiorização da Educação Superior em Santa Catarina**

A trajetória da FURB é emblemática quanto ao caráter *sui generis* (PEGORARO, 2009) do sistema de Ensino Superior de Santa Catarina. Podemos afirmar que ela antecipa movimentos e processos posteriormente realizados nos demais municípios pólos regionais do interior do estado. Por outro lado, segundo a Constituição Federal de 1988 (que define o sistema de Educação Superior do estado como oficial por ter sido criado por legislação municipal), a FURB passou a se diferenciar das demais instituições justamente por ter avançado na implementação de institutos legais que consolidaram o seu caráter público.

Neste sentido, resgatar de forma sintética a trajetória da instituição permite identificar os avanços e desafios para a consolidação de uma Universidade que se propôs a implementar compromissos assumidos com a comunidade regional.

As reivindicações para a implantação de unidades de Ensino Superior na região do Vale do Itajaí surgiram, na década de 1950, com vistas à interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina. Os esforços foram concretizados com a Lei

Municipal nº 1.233, de 05 de março de 1964, que criou a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau. E em 20 de dezembro de 1967, por meio da Lei Municipal nº 1458, foi instituída a FUB – Fundação Universitária de Blumenau.

Doze meses depois, após o encontro Intermunicipal Pró-Ensino Superior no Vale do Itajaí, realizado na cidade de Ibirama, foi criada a Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB (Lei Municipal nº 1557), tendo como unidades integrantes as faculdades de Ciências Econômicas, de Filosofia, Ciências e Letras de Blumenau e a de Ciências Jurídicas de Blumenau.

Somente cinco anos mais tarde, em 1969, com ampla mobilização comunitária e sob coordenação da Comissão Pró-Ensino Universitário, foi construída a sede da instituição, com os primeiros prédios destinados para as atividades de ensino. A década seguinte foi de expansão e diversificação institucional, com a implementação de mais duas faculdades: a de Engenharia (Lei nº 1894/72) e a de Educação Física e Desportos (Lei 2001/74).

A década de 1980 trouxe a consolidação da condição universitária da FURB. Em 19 de outubro de 1982 a Câmara Municipal de Blumenau decretou e sancionou a Lei nº 2876, que consolidou a legislação referente à Fundação Educacional da Região de Blumenau - o Regimento Unificado e o início do processo para o seu credenciamento como instituição universitária. E a 13 de fevereiro de 1986, pela Portaria Ministerial nº 117, o Ensino Superior mantido pela FURB foi reconhecido e credenciado pelo Ministério da Educação como Universidade. Com isso, novamente a Mantenedora passou a denominar-se Fundação Universidade Regional de Blumenau, conforme previa a Lei nº 2.016, de 22/07/1974, em seu Art. 3º.

Na década de 1990 houve a expansão da Universidade para a área da Saúde, implantação de várias carreiras desta área de conhecimento. Paralelamente houve expansão de atividades universitárias em Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, com forte apoio à qualificação docente (mestrado e doutoramento) no âmbito de uma política de elevação da titulação de professores.

Ainda nesta década foi consolidada a condição jurídica da FURB e de seu quadro de servidores. Em 21 de março de 1995, pela Lei Complementar Municipal nº 80, a Universidade Regional de Blumenau – criada e mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – foi legalmente reconhecida como órgão autônomo e instituição oficial de Direito Público pela estrutura administrativa do

Poder Executivo Municipal. No mesmo período, seus servidores passaram a integrar o Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau/ISSBLU juntos aos demais servidores públicos do Município.

Na década atual, com o surgimento e expansão na região de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, houve um duplo recuo no processo de expansão da FURB. Em primeiro lugar, a Universidade deixou de oferecer cursos presenciais em outros municípios da região, limitando sua atuação no que respeita ao ensino aos *campi* de Blumenau. Em segundo lugar, houve uma redução significativa do número de estudantes atendidos - situação que afetou principalmente as carreiras de Licenciatura, Ciências Básicas e Sociais Aplicadas. Apenas a área de Saúde e a Tecnológica, nomeadamente as Engenharias, mantiveram-se com expansão de vagas.

Com isso, ao mesmo tempo em que a FURB consolidou-se como instituição de caráter público e expandiu de forma qualificada suas atividades acadêmicas, infra-estrutura física (laboratórios, biblioteca etc.) e seus serviços e relacionamento com a população, contraditoriamente passou a enfrentar dificuldades estruturais para manter tal condição e ampliar seu atendimento.

Mantidas as condições atuais, a existência da instituição requer a participação efetiva da União para sustentar sua potencialidade como ator na promoção do desenvolvimento da região por meio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

### ***3. A busca da consolidação da condição pública - o Movimento FURB-Federal.***

O debate sobre a Federalização da Universidade Regional de Blumenau vem da sua gênese. Desde a implantação de sua primeira Faculdade, em 1964, havia uma promessa política de que em pouco tempo a instituição seria federalizada, uma vez que foi a primeira Instituição de Ensino Superior instalada no interior do Estado de Santa Catarina. Mas a assunção da FURB ao poder central não se configurou como estratégia prioritária dos seus dirigentes.

Na década de 1980 foram efetivadas várias iniciativas no sentido de propor a sua federalização. Em 1987, por exemplo, no contexto do reconhecimento da FURB



como Universidade pelo MEC e atendendo à reivindicação da comunidade universitária, o então deputado federal Renato Vianna apresentou o Projeto de Lei 109/87 que autorizava o governo federal (Poder Executivo) a transformar a FURB em Fundação Universidade Federal de Blumenau. O Projeto tramitou na Câmara Federal em várias comissões e foi arquivado pela Mesa Diretora, em 1991.

Por ocasião da Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1988 também houve uma oportunidade histórica de garantir a gratuidade do ensino em instituições como a FURB. O texto constitucional, no Art. 206, prevê a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. Contudo, uma emenda ao texto apresentada em favor do interesse de dirigentes da Associação Catarinense de Fundações Educacionais/ACAFE inseriu nas disposições transitórias da Constituição de 1988 o seguinte dispositivo:

Art. 242 – O princípio do Art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

440

---

Deste modo, o preceito constitucional da gratuidade deixou de ser válido para instituições como a FURB.

O debate sobre gratuidade e federalização retomou algum fôlego no início de 1990 quando um grupo de professores, funcionários e estudantes organizaram o Movimento “Universidade Urgente”. O mesmo atingiu ampla mobilização na comunidade interna e local, mas não obteve maior repercussão junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. Assim, a referida década seguiu marcada pelo domínio das idéias liberais, favoráveis à expansão do mercado. Mas, até aquele momento, a crescente privatização da educação superior no país não apresentava um contexto favorável às propostas em defesa do caráter público e da gratuidade.

Somente no ano de 2002 foi retomado o debate em torno da Federalização da FURB. O Diretório Central dos Estudantes/DCE e o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau/SINSEPES protagonizam-no e elaboram novos documentos em defesa da proposta. No final daquele ano, o debate ganhou impulso com a eleição do novo governo federal e a possibilidade de expansão do Ensino Superior público.

Em dezembro de 2002, instituiu-se o Comitê Pró-Federalização. A presença na FURB do senador Eduardo Suplicy foi uma oportunidade para a elaboração de documento reivindicando a federalização da FURB em proposta que, naquela oportunidade, recebeu apoio da Reitoria e do Conselho de Administração da Universidade.

O Comitê Pró-Federalização se consolidou em 2003 com a participação de representantes da comunidade regional, quando se efetivaram várias ações de mobilização e reivindicação em defesa da federalização. Estas tinham por objetivo obter apoio junto às autoridades federais (vice-presidente da República, senadores) e estaduais (secretário regional do Executivo estadual, deputados estaduais) para a proposta. Neste sentido, o Comitê promoveu e participou de vários debates sobre a questão universitária, a situação da própria FURB e suas perspectivas de federalização.

O avanço ocorrido no sentido do caráter público foi a Lei Municipal Complementar n. 80, de 21 de março de 2005, que consolidou a FURB como instituição municipal de Direito Público, sem garantir a gratuidade do ensino.

Ao longo dos últimos anos, as atividades promovidas pelo Comitê caracterizam a existência de um movimento social mobilizador do debate sobre a necessidade de Instituições de Educação Superior públicas e gratuitas na região do Médio Vale do Itajaí, além de articulador de ações institucionais que viabilizem a reivindicação apresentada. Neste sentido ele tem promovido e participado de debates, audiências públicas, reuniões, produção e distribuição de informativos, boletins, audiências com autoridades, abaixo-assinados etc. em toda a região.

Uma das atividades que expressam o caráter mobilizador do Comitê foi a realização de um plebiscito, em maio de 2008, sobre a proposta de federalização. O avanço na implantação do Plano Nacional de Expansão/PNE do Ensino Superior Federal exigia do movimento capacidade organizativa e política para incluir a região e a FURB na agenda do Governo Federal para o Ensino Superior; o plebiscito foi a estratégia utilizada para tanto.

A realização do plebiscito sobre a federalização possibilitou a retomada do debate junto às comunidades universitária e regional e a inclusão do tema na agenda dos meios de comunicação. Seus resultados mostraram que, asseguradas

as conquistas históricas da FURB, a federalização é proposta que conta com amplo apoio, como é possível verificar nos dados a seguir:

| <b>Resultado Final – Plebiscito FURB Federal (maio 2008)</b> |               |            |
|--|---------------|------------|
| <b>MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS</b>                                 | <b>17</b>     |            |
|  |               |            |
| <b>VOTANTES DA COMUNIDADE REGIONAL</b>                       | <b>20.254</b> | <b>%</b>   |
| VÁLIDOS  | 19.780        | 100        |
| SIM  | 19.002        | 96,07      |
| NÃO  | 692           | 3,50       |
| BRANCOS  | 79            | 0,40       |
| NULOS  | 7             | 0,04       |
| VOTOS DE URNAS ANULADAS                                      | 474           |            |
|  |               |            |
| <b>PARTICIPANTES DA COMUNIDADE REGIONAL</b>                  | <b>27.230</b> | <b>%</b>   |
| <b>VOTANTES DA FURB</b>                                      | <b>7.087</b>  | <b>100</b> |
| SIM  | <b>6.386</b>  | 90,11      |
| NÃO  | <b>701</b>    | 9,9        |
|  |               |            |
| <b>ABAIXO-ASSINADO</b>                                       | <b>6.976</b>  |            |

O amplo apoio obtido e a visibilidade do debate promovido pelo Comitê Pró-Federalização permitiram colocar o Projeto FURB Federal novamente na agenda política das lideranças, movimentos e organizações da região enquanto uma das reivindicações prioritárias junto ao Governo Federal.

Na Universidade a proposta defendida pelo movimento foi incorporada pelos Conselhos Superiores (pelo Conselho Universitário e de Administração) como parte da estratégia institucional. Isto permitiu a constituição de Grupo de Trabalho com a participação do Comitê e da Reitoria.

Ao longo do ano de 2008, a expansão do ensino superior federal passou a beneficiar também o estado de Santa Catarina. A Universidade federal de Santa Catarina/UFSC integrou-se ao Programa de Reestruturação das Universidades

Federais/REUNI com propostas de criação de três *campi* no interior do Estado - Araranguá, Joinville e Curitibanos. Além disso, foi criada uma nova instituição: a Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, com reitoria em Chapecó (Oeste do estado) e com quatro *campi* – dois localizados no Rio Grande do Sul e dois no Paraná.

No entanto, mesmo com a ampliação da rede pública federal nos casos citados, mantém-se em Santa Catarina uma lacuna que compromete sua efetiva interiorização, à medida que não contempla a mesorregião do Vale do Itajaí, uma das mais importantes do Estado (Figura 1). Sendo assim, os desafios do movimento em defesa da FURB Federal permanecem, mesmo neste novo contexto da Educação Superior.

Figura 1 – Mapa do estado de Santa Catarina



Em 2009, o Projeto FURB-Federal foi apresentado ao Ministério da Educação por meio de uma audiência com o seu ministro. A partir desse encontro, o cenário delineado indica que a incorporação da região do Médio Vale do Itajaí na política nacional de expansão do ensino superior depende menos de uma deliberação do Ministério e mais de uma decisão do conjunto do governo federal. Tal indica que a luta pela implantação de uma universidade federal na região é, de fato, uma decisão estratégica na perspectiva do desenvolvimento regional e também no posicionamento desta região no desenvolvimento nacional, com a conseqüente

exigência de alocação dos necessários recursos financeiros e institucionais providos pela União.

#### ***4. Uma universidade para o desenvolvimento regional.***

Segundo Coraggio (2002), as universidades não podem enfrentar os desafios atuais de forma unilateral, devendo fazê-lo somente à medida que se comprometam como parte de um processo de mudanças de si mesmas e do seu contexto social, político, econômico e cultural passando a ser reconhecidas com um bem público valioso e inalienável para a sua sociedade. Isto é, a universidade não pode ser construída distanciada da realidade na qual está inserida e, ao mesmo tempo, não pode ser resultado apenas de forças que lhes são externas. Seu caráter público reside no seu reconhecimento enquanto agente ativo dos processos de desenvolvimento locais e regionais.

Podemos perceber que, desde sua gênese, a FURB resulta da mobilização da comunidade regional. Sua trajetória revela uma instituição que, de diversas maneiras, contribui para o desenvolvimento da região. Tal compromisso, por sua vez, tem impactado sobre seu próprio desenvolvimento enquanto instituição capaz de constituir e promover a integração dos atores locais.

A FURB também tem atuado como mediadora entre o conhecimento científico e tecnológico e as exigências históricas da região. Suas atividades, projetos e serviços respondem às demandas e expectativas dos vários segmentos da sociedade, seja na criação de cursos de graduação, na oferta da pós-graduação, na Extensão e Pesquisa desenvolvidas pelos institutos e demais unidades universitárias.

No entanto, a dinâmica de inserção da região no processo mais geral de acumulação capitalista começou a demonstrar, a partir da década de 1990, as fragilidades sociais, econômicas e ambientais do modelo de desenvolvimento implementado ao longo da história regional. O caráter autônomo e autocrático de definição pelas elites locais quanto ao processo de desenvolvimento regional e sua forma de inserção na economia nacional e internacional apresenta sinais de esgotamento. Há uma crescente “desregionalização” dos capitais e o deslocamento

para fora da região dos centros de decisão quanto aos investimentos e às estratégias empresariais.

Do ponto de vista social, nos anos recentes a inserção da população por meio da constituição de um mercado de trabalho estável □ relativamente protegido, com apropriação pelos salários de parcela significativa da riqueza produzida □ cede o passo aos movimentos mais globais de precarização, desregulamentação e redução da participação dos salários na apropriação da riqueza produzida. Por fim, no plano ambiental, o desastre do final de 2008 revelou as profundas fragilidades sociais e ambientais para a manutenção do modelo de desenvolvimento, industrialização e urbanização que marcaram a história regional.

O conjunto destas transformações tem impactado sobre o modelo de Educação Superior adotado na região. De um lado, a privatização da oferta de vagas fez da mercantilização do ensino uma oportunidade de substituir a acumulação industrial pela acumulação por meio da expansão dos serviços. Por outro, a instituição universitária vem perdendo o reconhecimento da sua condição de agente ativo do processo de desenvolvimento.

Neste sentido, para que a FURB retome seu papel de interlocutora privilegiada nas necessárias transformações e redefinições do modelo de desenvolvimento regional é mister que ela própria se transforme. A hipótese é de que isto será possível somente à medida que sejam criadas condições materiais e institucionais para uma maior articulação com as políticas nacionais de educação superior e de desenvolvimento científico e tecnológico.

No contexto atual, o desenvolvimento requer, mais do que nunca, que os atores econômicos e sociais tenham acesso privilegiado ao conhecimento e à informação. Para tanto, as IES devem dispor de condições que lhes permitam modificar sua agenda de investigação, de modo que não se privilegiem apenas apoio à competitividade das empresas e à eficiência da gestão participativa, mas também à promoção dos setores sociais da economia e auto-organização dos trabalhadores e das populações. Ou seja, cabe promover a produção da riqueza material, mas, em especial, como em outras relações sociais, sistemas produtivos complexos de base territorial (CORAGGIO, 2002).

Neste contexto, a proposta FURB-Federal sustenta que a inserção da Universidade no Plano Federal de Expansão da Educação Superior permitirá, dentre outros avanços, contribuir para o desenvolvimento regional por meio de:

- Garantia e ampliação do acesso da população à Universidade;
- Formação de profissionais e produção de conhecimento que permitam maior autonomia da região na definição de suas estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico;
- Ampliação das atividades de extensão e prestação de serviços públicos à comunidade;
- Maiores possibilidades para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, dentre elas as sociais.

Na defesa destes princípios a proposta FURB-FEDERAL, fundamentada nos compromissos mútuos e históricos entre a FURB e a comunidade regional, visa estreitar os laços existentes e consolidar sua inserção nos diversos segmentos da comunidade regional, favorecendo principalmente os setores da sociedade que dela têm sido distanciados.

O compromisso da Universidade com a inclusão social por meio do fortalecimento de políticas públicas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente, dentre outras, ao mesmo tempo que as perspectivas de articulação entre Universidade e setor produtivo, podem ser consolidados a partir da estrutura acadêmica já instalada.

## **5. Considerações Finais**

As conquistas de um movimento social não podem ser avaliadas somente pela efetivação de sua pauta de reivindicações. Os movimentos sociais representam potencialidades políticas e culturais inovadoras. É este o caso do Comitê Pró-Federalização e do Projeto FURB-Federal.

Por meio deste movimento construiu-se uma melhor compreensão do contexto da Educação Superior no País, das suas características estruturais, das suas lógicas inclusivas e excludentes, contradições e potencialidades. Desta forma,

a redefinição da bandeira de luta “federalização da FURB” com vistas à elaboração de uma nova estratégia para o atendimento dos mesmos objetivos, a partir do plebiscito do Projeto FURB Federal tornou-se exemplo do potencial de aprendizagem coletiva, materializado nos desafios de uma luta coletiva.

Outra potencialidade está no resgate do debate que envolve a relação universidade-sociedade. A defesa de um projeto universitário não pode se restringir ao resguardo de interesses corporativos, por mais justos e adequados que sejam. É necessário que a Universidade seja vista pela sociedade como instituição chave para o seu desenvolvimento e, por isso, os diversos sujeitos sociais devem estar implicados na sua construção. Nessa linha, a luta por uma Universidade para o Médio Vale do Itajaí, consubstanciada no FURB-Federal, depende da prioridade que a instituição atribui à comunidade regional e vice-versa. Talvez as dificuldades de avanço na agenda do movimento residam justamente nesta questão.

Por fim, a implantação de uma instituição nacional na região possui evidente significado histórico. A luta pela universidade federal visando assegurar Ensino Superior público e gratuito decorre de um processo de aprendizado da região sobre si mesma, no reconhecimento de que não é possível – tampouco eficaz - a resolução dos seus problemas encerrando-se sobre si própria.

Neste sentido, talvez a dificuldade para obter maior participação da União no desenvolvimento do Vale do Itajaí decorra, contraditoriamente, do sucesso de sua experiência demasiadamente autonomista, de enfrentamento dos problemas. No entanto, os limites deste modelo são evidentes. E este é o sentido mais profundo e histórico da luta pela inclusão do Vale do Itajaí na política de expansão do Ensino Superior federal: contribuir para inserir de forma mais orgânica a comunidade regional no projeto de desenvolvimento do País.

### **JORGE GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA**

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, é professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Regional de Blumenau e integra a coordenação do Comitê Pró-Federalização da FURB.

### **VALMOR SCHIOCHET**

Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Brasília, Professor do



Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau. Integra a coordenação do Comitê Pró-Federalização da FURB.

## **REFERÊNCIAS**

Comitê Pró Federalização da FURB. **Cadernos da Federalização**. Blumenau: Comitê Pró-Federalização da FURB, nº 1, 2007. 36 p. tab.

CORAGGIO, José Luis. **Universidad y Desarrollo Local**, 2002  
<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/uniydesa.pdf> (acesso em 28 de junho de 2009)

FROTSCHER, Méri. **Identidades Móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)**. Blumenau: Edifurb; Cascavel: Edunioeste, 2007. 240 p. il.

GERZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 205 p. tab.

**Jornal de Santa Catarina**. Blumenau: Grupo RBS, ano XXXVII, nº 11.580, 30/04/2009, p. 39.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado**. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (Tese de Doutorado)

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. 2ª ed. rev. e ampl. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992. 107 p. il.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. 488 p. il. tab.